

## **A contribuição da produção do coco verde para superação dos efeitos das mudanças climáticas em Petrolândia – PE**

**Guilherme José Ferreira de Araújo**  
Doutorando em geografia – PPGEO UFPE  
guigeorecife@gmail.com

**Edvânia Tôres Aguiar Gomes**  
Professora titular, Departamento de Ciências Geográficas – UFPE  
torres@ufpe.br

### **Resumo**

O Município de Petrolândia passou por um processo de inundação do seu território para construção da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga, com o objetivo de suprir o abastecimento elétrico em porções da Região Nordeste. Em 1986-87 foi o período que ocorreu a mudança forçada da população, mais 50 mil pessoas foram transferidas para novos assentamentos. Os ribeirinhos foram trasladados na espera de receberem lotes, com tamanho proporcional à força de trabalho familiar e com a disponibilização de um sistema de irrigação, além de uma casa em agrovilas ou nas novas cidades que foram construídas. Este trabalho tem o objetivo realizar um debate sobre os conflitos ambientais que envolvem a produção do coco no Município de Petrolândia. O estudo foi realizado no âmbito do Projeto Innovate, com visitas a campo, entrevistas com reassentados e poder público, além dos inúmeros eventos científicos realizados pelo projeto e outras organizações. A produção de coco em 2001 chegou a 1,3 bilhões frutos em todo o Brasil. O cultivo deste produto traz uma série de vantagens para os pequenos produtores, que conseguem superar problemas de ordem ambiental. Mercado da água de coco em Petrolândia tem favorecido pequenos produtores que tem encontrado neste ramo de comércio a saída para os problemas originados pela determinação natural.

Palavras-Chaves: Reassentamento; Fruticultura do coco; Comércio

### **1 Introdução**

A presente pesquisa tem o objetivo realizar um debate sobre os conflitos ambientais que envolvem a produção do coco no Município de Petrolândia, Pernambuco e a importância deste produto para o crescimento econômico local, independência e empoderamento dos pequenos produtores.

Este trabalho é parte de um estudo de doutorado que integra o Projeto INNOVATE – *Interplay among multiple uses of water reservoirs via innovative coupling of substance cycles in aquatic and terrestrial ecosystems* – parceria binacional entre Brasil e Alemanha, como também integra um projeto de chamada universal do CNPq que trata sobre os desafios para produção sustentável do espaço nos reassentamento irrigados de Petrolândia. O presente artigo se inicia realizando uma revisão conceitual sobre a ecologia política, a qual será abordagem que norteará o debate do texto. Em seguida o estudo discorre sobre os aspectos históricos geográficos da área de estudo. Posteriormente é discutida a importância da produção do coco para o Brasil, especialmente para a área de estudo, no sentido de compreender as perspectivas da produção do coco na localidade e as repercussões de sua produção.

### **Abordagem conceitual sobre ecologia política**

Quando a ecologia política surge, propriamente dita, como campo de pesquisa, ela passa a ser definida com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a complexa relação entre a natureza e a sociedade por meio de uma análise criteriosa. O foco prioriza as formas de acesso e controle dos recursos naturais, com ênfase nas implicações que esta estrutura pode provocar para o meio ambiente e a subsistência dos pequenos produtores rurais (ZIMMERER; BASSET, 2003).

O objetivo dessa abordagem é desenvolver uma reflexão crítica para expor o que está errado na gestão e na mudança ambiental, enquanto por outro lado são aplicados esforços para pensar criteriosamente em alternativas ou adaptações frente ao problema da ineficiente gestão e exploração dos recursos naturais (ROBBINS, 2004).

De acordo com Robbins (2004) a ecologia política possui quatro teses. A primeira aborda a questão da degradação e marginalização, onde serão debatidas as razões das mudanças ambientais e como estas vieram a ocorrer. Aqui o estudo é orientado sob a perspectiva que a degradação da terra é oriunda principalmente do contexto político e econômico, contrariando afirmações que apontam para os marginalizados como os principais originadores das alterações no ambiente.

A segunda tese trata dos conflitos ambientais. São levantadas questões concernentes ao acesso ao ambiente. A preocupação aqui é com quem tem acesso e o porquê. Os conflitos nesta análise são apresentados para contribuir no debate das lutas de gênero, de classes e raciais. A tese busca analisar, por exemplo, a crescente escassez de produtos oriundos de terras apropriadas por autoridades do

estado, firmas privadas ou das elites sociais, cujo são os principais responsáveis em iniciar e acelerar o conflito entre os grupos (ROBBINS, 2004).

Nesta perspectiva os conflitos ambientais se enraízam na sociedade quando determinado grupo (gênero, classe ou etnia) passa a ter o controle sobre os recursos coletivos em detrimento dos outros. Normalmente esse processo ocorre com apoio de políticas públicas intervencionistas desenvolvidas pelas autoridades estatais ou em conjunto com agentes privados (ROBBINS, 2004). Esses conflitos também podem ser originados a longo prazo em função de medidas estabelecidas, cujo os resultados danosos necessitam de um tempo maior para serem percebidos.

A terceira tese apontada é referente à conservação e controle. Aqui são trabalhadas as falhas nesse processo, como também a exclusão política e econômica. A compreensão desenvolvida nesta abordagem discute que os esforços para conservação ambiental, geralmente compreendido como uma atitude benigna, também podem ter efeitos perversos para as comunidades. Por exemplo, quando são estabelecidas áreas de preservação, cuja expropriadam antigos habitantes daquela área. Nesse caso, forma-se um cenário de exclusão diante de uma proposta preservação ambiental (ROBBINS, 2004).

A quarta tese se debruça sobre a questão da identidade ambiental e os movimentos sociais. Neste ponto os estudos se dirigem para os levantes sociais, enfatizando os principais agentes, o ambiente e como essas ações são desenvolvidas. As forças políticas e sociais são apresentadas para relacionar as questões básicas da subsistência e a proteção ambiental (ROBBINS, 2004).

Diante da complexidade de sua abordagem, a ecologia política estabelece vínculos com diversos campos disciplinares, portanto tem uma origem inter-transdisciplinar. São identificadas raízes nas áreas da antropologia, da sociologia, da história, das ciências políticas e de áreas tecnológicas (ZIMMERER; BASSET, 2003).

## **2 Município de Petrolândia: abordagem histórico-geográfica**

O Município de Petrolândia passou por um processo de inundação do seu território para construção da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga, com o objetivo de suprir o abastecimento elétrico em porções da Região Nordeste (GUNKEL; SOBRAL, 2007).

Para construção do empreendimento foi necessária a migração forçada dos antigos ribeirinhos da região de Itaparica. As águas do rio São Francisco foram represadas se estendendo por 150 km Leste-Oeste, atingindo diversos municípios localizado na antiga margem do rio, atualmente pertencentes a Microrregião de Itaparica (GUNKEL; SOBRAL, 2007), inundando uma área de cerca

de 83.400ha (BRASIL, 2010), transformando radicalmente a vida dos habitantes da região que precisaram ser transferidos para outros locais. Estima-se que a obra atingiu aproximadamente 80 mil pessoas (GUNKEL; SOBRAL, 2007).

Em 1986-87 foi o período que ocorreu a mudança forçada da população. Os ribeirinhos foram trasladados para assentamentos com a promessa do Estado de receberem lotes, com tamanho proporcional à força de trabalho familiar e com a disponibilização de um sistema de irrigação, além de uma casa em agrovilas ou nas novas cidades que foram construídas (GUNKEL; SOBRAL, 2007).

Os assentamentos irrigados são constituídos de lotes para cada reassentado, com tamanho equivalente a força de trabalho familiar, essas áreas possuem aproximadamente 8 hectares. Todos são dotados de acesso à água residencial e a maioria possui irrigação para fins agrícolas. Também dispõem de infraestrutura das agrovilas, onde residem os produtores, somente o Assentamento de Apolônio Sales, em Petrolândia não tem agrovilas (CARVALHO, 2009).

No entanto, mesmo diante de condições propícias ao desenvolvimento econômico as áreas dos assentamentos não apresentam o crescimento econômico esperado, pelo contrário, são áreas de estagnação econômica e onde os investimentos do governo não tem retorno (GUNKEL; SOBRAL, 2007).

O retardo de aproximadamente nove anos na entrega dos lotes prontos para irrigação prejudicou significativamente a maioria dos agricultores na continuação de suas atividades agrícolas, levando-os à dependência de subsídios do Estado. Alguns produtores, mesmo após vinte e nove anos da mudança, ainda não visualizaram o cumprimento da promessa, vivendo, em teoria, dependentes do governo (SCOTT, 2009).

O descompasso entre os objetivos dos reassentados e a proposta desenvolvimentista da CODEVASF, responsável pelo suporte técnico dos produtores, comprometeu o avanço dos trabalhos em prol do crescimento econômico dos antigos ribeirinhos (SCOTT, 2009). Além destes fatores, outros emergem nesse contexto, contribuindo para o que foi planejado e prometido antes do traslado não ocorresse, pelo contrário levando a muitos a exclusão social e expulsão do campo.

Nos assentamentos irrigados destacam-se atualmente a produção da banana, do coco e da cebola. Em Apolônio Sales a produção de coco é comercializada diretamente para a agroindústria suíça - Paraypaba Agroindustrial. Diariamente são retirados cerca de 40 mil cocos que são transportados para o Ceará, onde é realizado o beneficiamento e aromatização da água e após são exportados para Estados Unidos, Europa e Japão (ARAÚJO et al., 2013)

Em Icó-Mandantes e Barreiras Bloco II além do coco, destaca-se também a banana e a cebola como a lavoura temporária. A produção é comercializada para o mercado local e para os municípios da região via intermediários. Alguns produtores comercializam com empresas maiores localizadas no Município de Floresta e em Petrolina como é o caso da Multinacional PepsiCo.

Os produtores afirmam que a falta de acesso ao mercado é uma das principais razões que não favorecem sua autonomia. Eles são dependentes dos intermediários que determinam o preço sem nenhuma negociação. Muitas vezes agem ilegalmente burlando as próprias regras ou até mesmo enganando os produtores na pesagem da produção. Para os reassentados os preços nunca são estabelecidos de acordo com as variações do mercado, mas sim segundo os interesses desses intermediários (ARAÚJO et al., 2013).

Os assentamentos irrigados foram construídos com o intuito de favorecer os antigos ribeirinhos, vítimas de um deslocamento forçado, a continuação de suas atividades econômicas além de servir como uma estratégia ao desenvolvimento regional (GALINDO; GUIMARÃES, 2000).

Os reassentados de Itaparica apesar de produzirem para o mercado na escala local e global, não possuem acesso direto a esses mercados, permanecendo dessa forma excluídos do montante que circula nesses espaços. Nesta perspectiva é necessário o estabelecimento de políticas ou programas que favoreçam o acesso direto destes produtores aos mercados, para que os mesmos sejam os principais beneficiados da comercialização da sua própria produção.

Além dos problemas para acessar o mercado, os pequenos produtores sofrem com uma série de implicações para sua independência, a maioria de ordem ambiental. Devido sua localização no Semiárido, a falta de água é uma constante na região, principalmente no período de seca, com os fenômenos do *El niño*. Associa-se a este fator a obsoleta infraestrutura de irrigação, instalada no início na década de 1990, que atualmente não funciona devidamente, levando a muitos produtores a falta de água. Outro grave problema é a questão do acesso à terra. Muitos produtores foram reassentados em terras inférteis, passaram a receber subsídios, enquanto seriam transferidos para outras áreas, o que ocorreu somente com alguns, outros permaneceram em terras impróprias para o cultivo, sobrevivendo de subsídios do Estado. Por último, a situação dos pequenos produtores se agrava a partir de 2013 quando a Plantec, empresa terceirizada da Codevasf responsável pela assistência técnica e extensão rural, teve seu contrato finalizado. Desde então, não há mais assistência técnica gratuita nos reassentamentos.

### 3 A importância da produção do coco para o Município de Petrolândia

A produção de coco no Brasil representa uma das maiores do mundo. O mercado nacional possui uma crescente demanda pelo consumo da água de coco. O produto está dividido em dois segmentos. De um lado encontra-se o ramo do coco seco, nele fazem parte as indústrias produzindo os derivados. Do outro lado, o ramo do coco *in natura* ou coco verde, onde é comercializado como uma bebida. No Brasil 70% do coco produzido é enviado para as agroindústrias. Na região Nordeste o maior consumo é de coco seco, com aproximadamente 80% da produção e o restante é comercializado como coco verde (CUENCA, 2007).

O coco se adaptou muito bem ao Brasil, em 2001 sua produção chegou a 1,3 bilhões frutos. O seu cultivo é encontrado em grande parte do território nacional, somente os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não desenvolvem o cultivo por razões climáticas durante o período o de inverno. Em meados da década de 1980 a área colhida era de aproximadamente 166mil em todo o Brasil. Entre 1985 e 2001 houve um incremento ultrapassando 100 mil hectares, em sua maioria foi registrada o cultivo da variedade do coqueiro anão (CUENCA, 2007).

O cultivo deste produto traz uma série de vantagens para os pequenos produtores, como a garantia de uma renda mensal, visto que a colheita é entre 35 a 45 dias. Dessa forma não é necessário esperar por meses para colher e obter a renda da safra, como acontecia com algumas culturas cultivadas anteriormente. Nos projetos irrigados de Petrolândia o coco é a principal produção agrícola, a maioria dos produtores estão envolvidos com a produção do coco *in natura*. A comercialização é realizada localmente para os atravessadores da região, como também para indústrias que engarrafam a água do coco para o mercado nacional e internacional.

No entanto, a maioria dos agricultores enfrentam problemas durante o processo de produção. Uma vez que a região localiza-se no semiárido, a ampliação do período de seca associada com fenômeno *El niño* condicionaram a sobrevivência de pequenos produtores. Além de problemas relacionados com a defasada infraestrutura do sistema de irrigação, instalado no início da década de 90 pela Codevasf. Esses fatores contribuem como a erosão, salinização e encharcamento do solo. Desde 2013 o serviço gratuito de assistência técnica e extensão rural parou suas atividades. Diante destes problemas tanto de ordem ambiental como técnica, os produtores tem permanecidos estagnados economicamente, alguns venderam a propriedade para quitar as dívidas ou apenas porque já não conseguiam cultivar.

Produtores com capital financeiro disponível decidiram investir no engarrafamento artesanal e industrial de água de coco. Um tipo do produto é vendido 100% natural e sem conservantes, o que tem atraído consumidores do município e de cidades do entorno, outro tipo de engarrafamento é específico para o mercado internacional e grandes redes de supermercado no Brasil. O comércio de água de coco engarrafada em Petrolândia tem crescido. O coco verde é comercializado em 2016 por aproximadamente R\$ 1,00, em períodos de seca e inverno o valor pode cair até aproximadamente 0,20 centavos. A água de coco engarrafada custa cerca de R\$ 2,50 até R\$ 3,50 e os custos de produção são de aproximadamente 0,80 centavos.

Este cenário tem motivado os pequenos produtores, alguns engarrafam dentro de sua própria casa, outros comercializam para as indústrias. Neste sentido, é necessário o investimento em políticas que contribuam com o aperfeiçoamento e expansão deste tipo de produção e mercado na região para impulsionar e dinamizar a economia local, como a formação de cooperativas, associações e cursos de capacitação neste ramo.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Transformações ambientais provocam conflitos nas decisões políticas. Em diversos casos toda uma comunidade pode sofrer consequências graves de obras realizadas sem um planejamento eficaz. Portanto, é necessário o reconhecimento do contexto histórico e das relações da sociedade com o ambiente antes de qualquer intervenção política sobre o ambiente.

Os conflitos ambientais se apresentam normalmente pelo domínio do espaço por outros grupos ou pela ausência de boa governança. Dessa forma, o ambiente ocupado com práticas sem interação com entorno nem com a história local pode se tornar um espaço hostil a sobrevivência. A ecologia política, sob a ótica dos conflitos ambientais traz uma abordagem que oferece suporte para o debate sobre as questões das injustiças ambientais no campo brasileiro.

No caso do Município de Petrolândia, os conflitos pela água e pela terra são frequentes. Os reassentados exigem seus direitos de acesso a esses recursos. Portanto, é importante que os pequenos produtores desenvolvam maior engajamento político para alcançar a necessária representatividade e superar os principais problemas enfrentados.

#### **REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1984.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. CHESF. (2010) **Responsabilidade social**. [online]. Disponível em < [http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/sustentabilidade\\_chesf/sustentabilidade\\_chesf\\_responsabilidade\\_social](http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/sustentabilidade_chesf/sustentabilidade_chesf_responsabilidade_social)>. Acesso em: 01 nov. de 2012.
- CARVALHO, R. M. C. M. de O. (2009). **Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido Pernambucano**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em engenharia civil. Recife.
- CUENCA, M. A. G. **A cultura do coqueiro**. Embrapa Tabuleiros Costeiros. [online]Nov. 2007. Disponível em <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Coco/ACulturadoCoqueiro/importancia.htm>>. Acesso em 10 Abr. 2016.
- GUNKEL, G., SOBRAL, M. C. (2007). **Reservoirs and River Basins Management: Exchange of Experience from Brazil, Portugal and German**”. Berlin, Germany: Universitätsverlag der TU Berlin.
- ROBBINS, P. **Political Ecology: a critical introduction**. 4. ed. Série: Critical Introductions to Geography. Oxford: Blackwell publishing, 2004.
- SCOTT, P. (2009) **Negociações e resistências persistentes: Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- ZIMMERER, K. S., BASSETT, T. J. (2003). Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: Karl S. Zimmerer e Thomas J Bassett (Org). **Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies**. New York, London: The Guilford press.